

ENC: Comunica Decisão para cumprimento

PFE-INSS - Proc. Federal Especializada junto ao INSS <pfeinss@agu.gov.br>

Ter, 17/05/2022 10:41

Para: Maria da Penha Bezerra Trindade <mariapenha.bezerra@agu.gov.br>

 2 anexos (116 KB)

DECISAO AI 0726975-08.2021.8.07.0003.pdf; OFICIO AI 0726975-08.2021.8.07.0003.pdf;

Bom dia, prezada.

Solicito a gentileza de criar um NUP com a presente mensagem e anexos, abrindo tarefa para a Dra. Karla Ameno(CGMLP) para apreciação e adoção das providências que entender pertinentes.

Atenciosamente.



Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS.

Telefone: 61-3313-4961

<https://agudf.sharepoint.com/sites/PFEINSS>

De: 8ª Turma Cível <8tcivel@tjdft.jus.br>

Enviada em: segunda-feira, 16 de maio de 2022 16:34

Para: PFE-INSS - Proc. Federal Especializada junto ao INSS <pfeinss@agu.gov.br>

Cc: Cairo Guedes Farias - 8TCV <cairo.farias@tjdft.jus.br>

Assunto: Comunica Decisão para cumprimento

Boa tarde,

De ordem do(a) Excelentíssimo(a) Senhor(a) Desembargador(a) ARQUIBALDO CARNEIRO, Relator(a) do Agravo de Instrumento de número **0726975-08.2021.8.07.0003 (processo judicial eletrônico)**, encaminho em anexo à Vossa Senhoria o Ofício 1746/8ªTCIVEL, bem como a r. Decisão de ID 35134363 para conhecimento e cumprimento.

Favor acusar recebimento deste e-mail.

Qualquer dúvida estamos à disposição neste correio eletrônico ou no Whatsapp Business (3103-4939).

Atenciosamente,



Cairo Guedes Farias

Servidor Geral

8TCV - 8ª Turma Cível

Whatsapp business (61) 3103.4939

cairo.farias@tjdft.jus.br



16/05/2022

Número: **0726975-08.2021.8.07.0003**

Classe: **APELAÇÃO CÍVEL**

Órgão julgador colegiado: **8ª Turma Cível**

Órgão julgador: **Gabinete do Des. Arquibaldo Carneiro**

Última distribuição : **05/05/2022**

Valor da causa: **R\$ 21.026,70**

Processo referência: **0726975-08.2021.8.07.0003**

Assuntos: **Defeito, nulidade ou anulação, Responsabilidade do Fornecedor, Indenização por Dano Moral, Indenização por Dano Material, Cartão de Crédito, Assistência Judiciária Gratuita, Antecipação de Tutela / Tutela Específica, Tutela de Urgência, Repetição do Indébito**


Nível de Sigilo: **0 (Público)**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes	Advogados
CONCEICAO DE MARIA VASCONCELOS (APELANTE)	
	ALEX DA SILVA FELIX (ADVOGADO)
BANCO BMG SA (APELADO)	
	RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA (ADVOGADO)

Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
35302568	16/05/2022 16:18	Ofício	Ofício

 TJDFT	<p>Poder Judiciário da União</p> <p>TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS</p> <p>8ª TURMA</p> <p>Oitava Turma Cível</p> <p>Fórum de Brasília Desembargador Milton Sebastião Barbosa</p> <p>Praça Municipal, Lote 01, Bloco A, 4º Andar, Ala B, Sala 419 Brasília/DF CEP: 70094-900 Telefones: 3103-4934/ 3103-4935 WhatsApp business: 3103-4939 Email: 8tcivel@tjdft.jus.br</p>
--	--

Ofício 1746/8ªTCIVEL

Brasília, 16 de maio de 2022.

Ao Ilustríssimo Senhor Procurador-Geral VIRGÍLIO ANTONIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO
Procuradoria Federal Especializada - Instituto Nacional do Seguro Social - INSS

Endereço Eletrônico: pfeinss@agu.gov.br

Número do processo: 0726975-08.2021.8.07.0003 (processo judicial eletrônico)

Classe judicial: APELAÇÃO CÍVEL (198)
APELANTE: CONCEICAO DE MARIA VASCONCELOS
APELADO: BANCO BMG SA
Desembargador(a) Relator(a): ARQUIBALDO CARNEIRO
Processo de Origem: 0726975-08.2021.8.07.0003

Assunto: Comunica Decisão para cumprimento

Senhor Procurador-Geral,

De ordem do(a) Excelentíssimo(a) Senhor(a) Desembargador(a) ARQUIBALDO CARNEIRO, Relator(a) do processo em epígrafe, encaminho a Vossa Senhoria o dispositivo da r. Decisão (anexa) de ID 35134363 para conhecimento e cumprimento, *in verbis*:

"(...) Ante exposto, **DEFIRO** o pedido liminar e determino a expedição de ofício ao INSS para que sejam suspensos os descontos consignados no valor mensal de R\$ 125,60 (Cédula de Crédito Bancário nº 55217609 ou nº 14872083 do INSS) e de R\$ 52,25 (Cédula de Crédito Bancário nº 54925453 ou nº 14821669 do INSS) nos benefícios previdenciários da autora/apelante.(...)"



Respeitosamente,

Verônica Reis da Rocha Verano

Diretora de Secretaria da Oitava Turma Cível

Documentos do Processo



Este documento foi gerado pelo usuário 020.***.***-86 em 16/05/2022 16:30:22

Número do documento: 22051616184477000000034172025

<https://pje2i.tjdft.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22051616184477000000034172025>

Assinado eletronicamente por: CAIRO GUEDES FARIAS - 16/05/2022 16:18:44



16/05/2022

Número: **0726975-08.2021.8.07.0003**

Classe: **APELAÇÃO CÍVEL**

Órgão julgador colegiado: **8ª Turma Cível**

Órgão julgador: **Gabinete do Des. Arquibaldo Carneiro**

Última distribuição : **05/05/2022**

Valor da causa: **R\$ 21.026,70**

Processo referência: **0726975-08.2021.8.07.0003**

Assuntos: **Defeito, nulidade ou anulação, Responsabilidade do Fornecedor, Indenização por Dano Moral, Indenização por Dano Material, Cartão de Crédito, Assistência Judiciária Gratuita, Antecipação de Tutela / Tutela Específica, Tutela de Urgência, Repetição do Indébito**

Nível de Sigilo: **0 (Público)**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes	Advogados
CONCEICAO DE MARIA VASCONCELOS (APELANTE)	
	ALEX DA SILVA FELIX (ADVOGADO)
BANCO BMG SA (APELADO)	
	RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA (ADVOGADO)

Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
35134363	16/05/2022 09:43	Decisão	Decisão



TJDFT

Poder Judiciário da União

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

Gabinete do Desembargador ARQUIBALDO CARNEIRO

Número do processo: 0726975-08.2021.8.07.0003

Classe judicial: APELAÇÃO CÍVEL (198)

APELANTE: CONCEICAO DE MARIA VASCONCELOS

APELADO: BANCO BMG SA

DECISÃO

Cuida-se de apelação cível interposta por CONCEIÇÃO DE MARIA VASCONCELOS em face da r. sentença de ID 34978901 - Pág. 1 proferida pelo Juízo da 2ª Vara Cível de Ceilândia que, nos autos da ação declaratória de inexistência de débito proposta pela apelante em face do BANCO BMG S.A., **julgou parcialmente procedentes** os pedidos formulados na inicial, nos seguintes termos, *in verbis*:

“Ante o exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos para declarar a nulidade da Cédula de Crédito Bancário nº 55217609 (cartão de crédito nº 5259 XXXX XXXX 6574) e da Cédula de Crédito Bancário nº 54925453 (cartão de crédito nº 5259 XXXX XXXX 3505), e, conseqüentemente, para declarar a inexistência dos débitos da autora junto banco réu decorrentes desses contratos.

Determino que o réu suspenda os descontos nos benefícios previdenciários de aposentadoria por idade e pensão por morte em nome da autora.

Via de consequência, condeno o réu a restituir à autora, de forma simples e em parcela única, as prestações efetivamente descontadas com correção monetária pelo INPC a partir de cada desconto.

Para fins de retorno ao “status quo ante”, condeno a autora a restituir ao réu as quantias de R\$ 1.279,65, e de R\$ 1.773,50 ambos com correção monetária pelo INPC desde a data da sua disponibilização.

Como as partes são credoras e devedoras entre si, na forma do art. 368 do CC, autorizo a autora a abater do valor a ser restituído ao banco, as prestações efetivamente descontadas em seus benefícios previdenciários com correção monetária pelo INPC a partir de cada desconto.

Julgo extinta a ação com resolução do mérito, nos termos do artigo 487, I, do CPC.

Considerando a sucumbência recíproca, autora e réu devem arcar com despesas processuais. Assim, condeno as partes ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, os quais fixo em 10% do valor atualizado da causa, com base no artigo 85, §2º, do CPC, sendo 50% suportados pelo réu em favor do advogado da autora e 50% suportados pela autora em favor do advogado do réu.

Contudo, fica suspensa a exigibilidade dessas verbas em desfavor da autora em face da gratuidade de justiça a ela deferida (art. 98, §3º, do CPC).

Após o trânsito em julgado, oficie-se ao INSS determinando a suspensão dos descontos consignados no valor mensal de R\$ 125,60 (contrato nº 55217609) e de R\$ 52,25 (contrato nº 54925453) nos benefícios previdenciários da autora.” (g.n).

A apelante recorre da r. sentença e pugna pela concessão da tutela de urgência, nos termos do art. 300 do CPC, para que *“que seja deferido a tutela antecipada para suspender os descontos sobre os contratos nº 14821669 e nº 14872083 até deslinde da lide, OFICIADO e determinado o INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL (INSS) em caráter de urgência; que ao final seja convertido em definitivo”*.

No mérito, a apelante insurge-se contra à necessidade de devolução dos valores depositados supostamente em sua conta bancária e contra o não arbitramento de danos morais. Almeja, ainda, a repetição em dobro do indébito.

Intimado, o apelado deixou de apresentar contrarrazões (ID 34978959 - Pág. 1).

Relatado o essencial, decido.

Preenchidos os pressupostos recursais, conheço da apelação.

O artigo 932, II, do Código de Processo Civil dispõe que:

“Art. 932. Incumbe ao relator: (...)

II - apreciar o pedido de tutela provisória nos recursos e nos processos de competência originária do tribunal; (...).”

Por sua vez, o artigo 995 do Código de Processo Civil estabelece que:

“Art. 995. Os recursos não impedem a eficácia da decisão, salvo disposição legal ou decisão judicial em sentido diverso.

Parágrafo único. A eficácia da decisão recorrida poderá ser suspensa por decisão do relator, se da imediata produção de seus efeitos houver risco de dano grave, de difícil ou impossível reparação, e ficar demonstrada a probabilidade de provimento do recurso.”

Vê-se, pois, que a concessão da tutela antecipada recursal pleiteada exige a presença de certos requisitos, materializados na probabilidade de provimento do recurso e no risco de dano grave, de difícil ou impossível reparação.

Pois bem.



Inicialmente, destaca-se que a Cédula de Crédito Bancário nº 54925453 e da Cédula de Crédito Bancário nº 55217609 configuram-se como os contratos, junto ao INSS, de nº 14821669 e nº 14872083, respectivamente, tendo em vista as informações fornecidas pelas partes e as datas de cobrança e assinatura dos contratos (ID 34978870 - Pág. 2 e 3 e ID 34978883 - Pág. 4). Confira-se:

“Observe-se que o código de reserva de margem (RMC) n.º X, apesar de constar no extrato do benefício como número de contrato, referido número trata-se de numeração interna do INSS, gerado por aquele órgão, possibilitando o desconto para o contrato. Logo, o código de reserva de margem perante o INSS serve, exclusivamente, para identificação interna perante o órgão.”

Nota-se que o ilustre Magistrado de origem reconheceu a nulidade dos aludidos contratos e a inexistência de débito junto à instituição bancária.

Não houve apelo do Banco BMG S.A quanto à r. sentença.

Considerando que a matéria da nulidade dos contratos não foi objeto de recurso, tem-se pela preclusão do tema.

Desta feita, mostra-se cabível a determinação de ofício ao INSS para que seja determinada, desde logo, a suspensão dos débitos referente aos contratos nos benefícios previdenciários da apelante.

Ante exposto, **DEFIRO** o pedido liminar e determino a expedição de ofício ao INSS para que sejam suspensos os descontos consignados no valor mensal de R\$ 125,60 (Cédula de Crédito Bancário nº 55217609 ou nº 14872083 do INSS) e de R\$ 52,25 (Cédula de Crédito Bancário nº 54925453 ou nº 14821669 do INSS) nos benefícios previdenciários da autora/apelante.

Operada a preclusão, venham-me conclusos para análise do mérito do recurso apelatório.

Brasília, 16 de maio de 2022.

Desembargador **ARQUIBALDO CARNEIRO**

Relator





ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
PROCURADORIA FEDERAL ESPECIALIZADA JUNTO AO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL -
PFE/INSS - SEDE
COORDENAÇÃO DE MATÉRIA DE LICITAÇÕES E PATRIMÔNIO
SETOR DE AUTARQUIAS SUL QUADRA 2 BLOCO O 3º ANDAR

DESPACHO n. 00045/2022/COMLP/PFE-INSS-SEDE/PGF/AGU

NUP: 00695.000627/2022-11

INTERESSADOS: BANCO BMG SA

ASSUNTOS: NORMAS E RITOS DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS, CÍVEIS E PENAI

1. Trata o presente processo do Ofício nº 1746/8ªT Cível, de 16/05/2022, encaminhado pela Secretaria da 8ª Turma Cível do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, encaminhando dispositivo da r. Decisão, que consta em anexo, de ID 35134363, para conhecimento e cumprimento, nos seguintes termos:

""(...) Ante exposto, DEFIRO o pedido liminar e determino a expedição de ofício ao INSS para que sejam suspensos os descontos consignados no valor mensal de R\$ 125,60 (Cédula de Crédito Bancário nº 55217609 ou nº 14872083 do INSS) e de R\$ 52,25 (Cédula de Crédito Bancário nº 54925453 ou nº 14821669 do INSS) nos benefícios previdenciários da autora/apelante.(...)""

2. Diante da decisão judicial, encaminho o processo, em caráter de urgência à Diretoria de orçamento, Finanças e Logística para seu fiel cumprimento.

3. Na sequência encaminhe informação a esta Coordenação, com a documentação comprobatória do cumprimento da citada decisão judicial.

Brasília, 20 de maio de 2022.

KARLA KRISTINE CORREIA AMENO
Procuradora Federal
Coordenadora de Matéria de Licitações e Patrimônio

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 00695000627202211 e da chave de acesso bb886237

Documento assinado eletronicamente por KARLA KRISTINE CORREIA AMENO, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 892055012 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): KARLA KRISTINE CORREIA AMENO. Data e Hora: 20-05-2022 17:55. Número de Série: 1793960. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5.